

Boletim da Macrogestão Governamental

Abril/2021 ◀



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto

Publicado em 01/06/2021

Apresentação

Com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir, por meio de variáveis de controle e de análises sistêmicas sobre os aspectos relevantes, o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo disponibiliza este instrumento informativo de cunho gerencial.

Desenvolvido a partir dos dados disponíveis no CidadES (com informações fiscais e econômicas do Estado e dos municípios capixabas, produzido pelo próprio TCEES) e no Sigefes (sistema de gestão das finanças públicas do Estado, utilizado pelo Governo Estadual), este boletim destaca e compara os principais indicadores e resultados da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais.

O Boletim da Macrogestão Governamental contempla a execução orçamentária do Estado e dos municípios; a avaliação do cumprimento de limites e metas; dados previdenciários e, ainda, outros aspectos relacionados à governança.

Os principais destinatários das informações apresentadas no Boletim são os gestores públicos, imprensa, analistas e cientistas de dados, órgãos públicos, organizações não governamentais (ONGs), acadêmicos, pesquisadores e cidadãos em geral.

Mais informações sobre receitas, despesas, avaliações sobre endividamento, metas fiscais, limites de saúde, educação e gastos com pessoal, prestação de contas, fiscalização, e outros indicadores do Estado e dos municípios, estão disponibilizadas em <https://paineldecontrole.tcees.tc.br>.



sumário

Finanças do Estado

Finanças dos Municípios

Panorama econômico

Institucional

Identidade organizacional

Gestão **orçamentária**

Receita

Receita **total**

Composição da receita

Receita em **destaque**

Despesa

Despesa **total**

Comparativo da despesa **por função**

Resultado **orçamentário**

Gestão **fiscal**

Impacto dos royalties na RCL

Limites constitucionais e legais

Despesa com pessoal

Aplicação no **ensino**

Aplicação na **saúde**

Resultado **primário e nominal**

Gestão **previdenciária**

Resultado **previdenciário**

Clique nas abas para
acessar as informações

Gestão orçamentária | receita total

Abril/2021

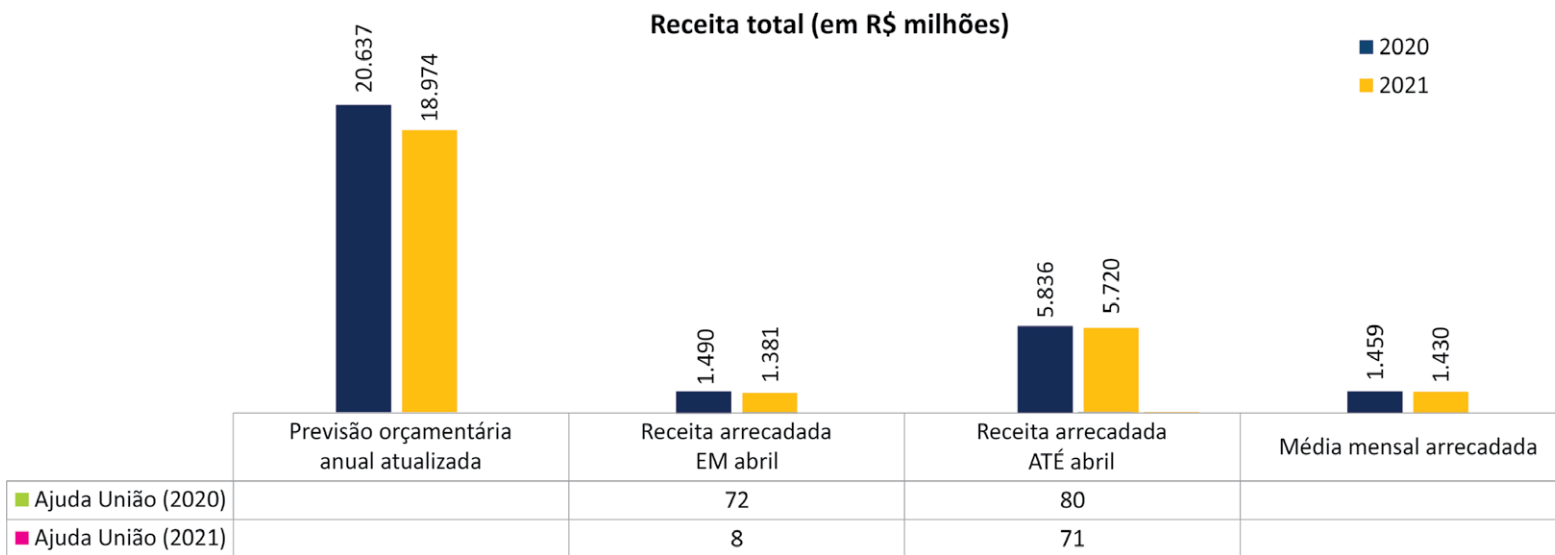


Gráfico 01 | fonte: Sigefes e Painel de Controle

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado do Espírito Santo, para o exercício de 2021, atualizada pela abertura de créditos adicionais, estimou as **receitas em aproximadamente R\$ 19 bilhões**, evidenciando, desta forma, um **decréscimo de 8%** em relação à arrecadação prevista para o ano anterior, de R\$ 20,6 bilhões.

A **receita arrecadada em abril/2021, de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão**, representou um **decréscimo de aproximadamente 7%**, quando comparada ao mesmo mês do ano anterior.

A **receita arrecadada até abril/2021 atingiu aproximadamente R\$ 5,7 bilhões**, evidenciando um **decréscimo de 2%** quando comparada à arrecadação acumulada em igual período do exercício antecedente.

nota - valores repassados pela União

Gestão orçamentária | **composição da receita**

Abril/2021

Composição da receita arrecadada
(EM abril - em R\$ milhões)

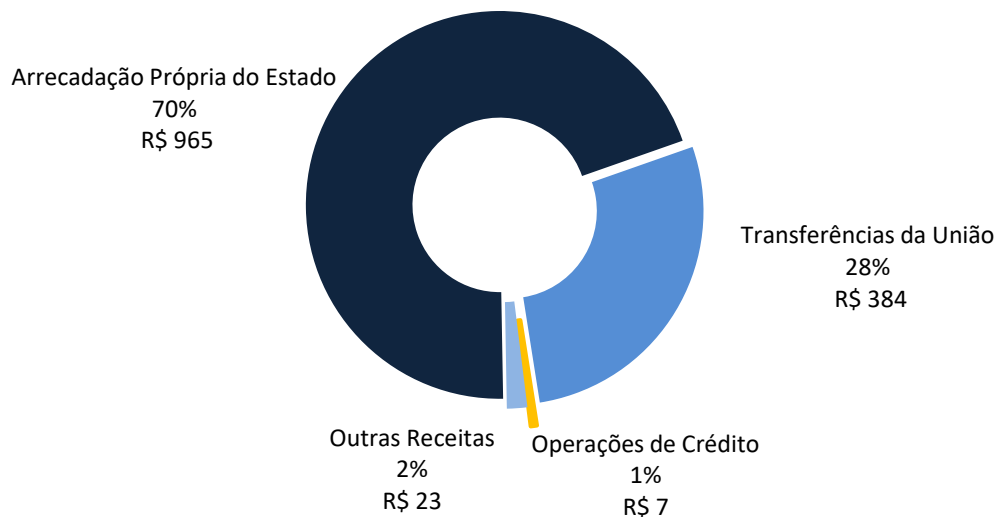


Gráfico 02 | fonte: Painel de Controle

Composição da receita arrecadada
(ATÉ abril - em R\$ milhões)

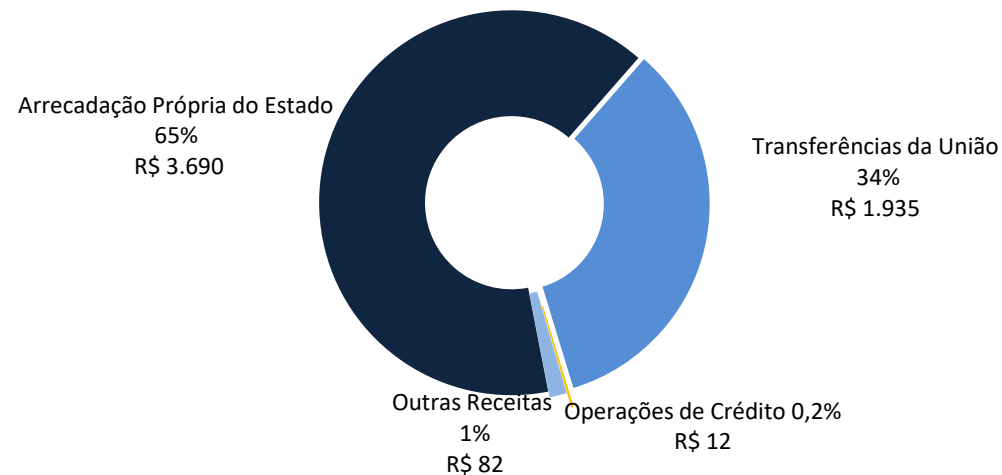


Gráfico 02A | fonte: Painel de Controle

*Outras receitas: grupo de receitas constituído por receitas correntes intraorçamentárias.

Gestão orçamentária | receita em destaque

Abril/2021

Arrecadação de ICMS - 2020 e 2021
(em R\$ milhões)

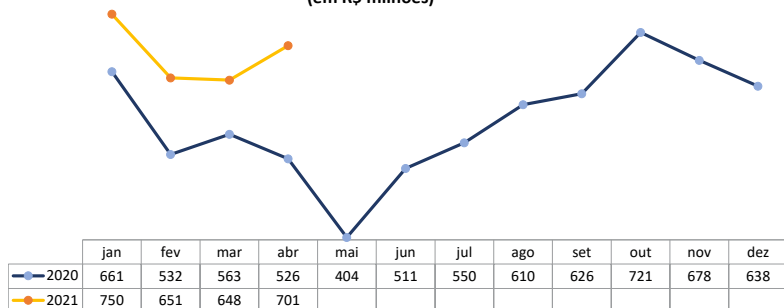


Gráfico 03 | fonte: Painel de Controle

Arrecadação de ICMS até abril (em R\$ milhões)

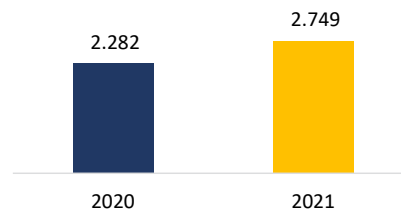


Gráfico 03A | fonte: Painel de Controle

A arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) acumulada até abril de 2021, de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, comparada à arrecadação realizada no mesmo período de 2020, registrou um **acréscimo de aproximadamente 21%**. De igual modo, a **arrecadação em abril de 2021, de R\$ 701 milhões, representou um acréscimo de 33%**, quando comparada à arrecadação do mesmo mês do ano antecedente e um **acréscimo de 8%**, quando comparada à registrada no mês anterior.

Receita de compensação financeira - 2020 e 2021
(em R\$ milhões)

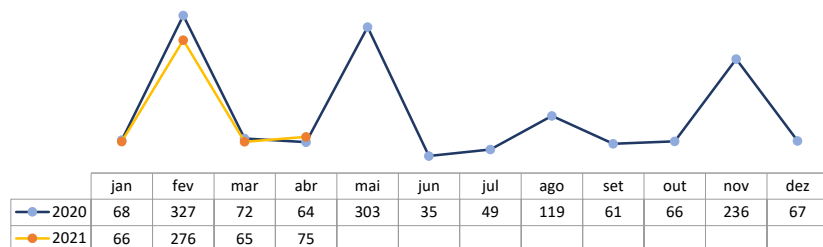


Gráfico 03B | fonte: Painel de Controle

Receita de compensação financeira até abril (em R\$ milhões)

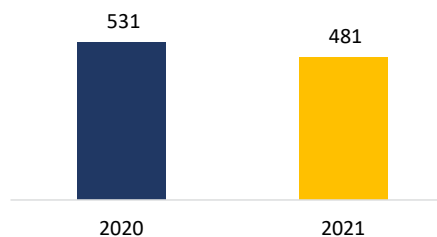


Gráfico 03C | fonte: Painel de Controle

A **receita de compensações financeiras** (cota-parte de recursos hídricos, minerais e royalties), arrecadada **até abril de 2021, de R\$ 481 milhões**, comparada à ocorrida no mesmo período de 2020, registrou decréscimo de 9%.

Nota: As Participações Especiais dos Royalties do Petróleo ocorrem trimestralmente a cada ano, sendo o repasse efetivado bimestralmente após a apuração.

Gestão orçamentária | despesa total

Abril/2021

Despesa empenhada, liquidada e paga
(em R\$ milhões)

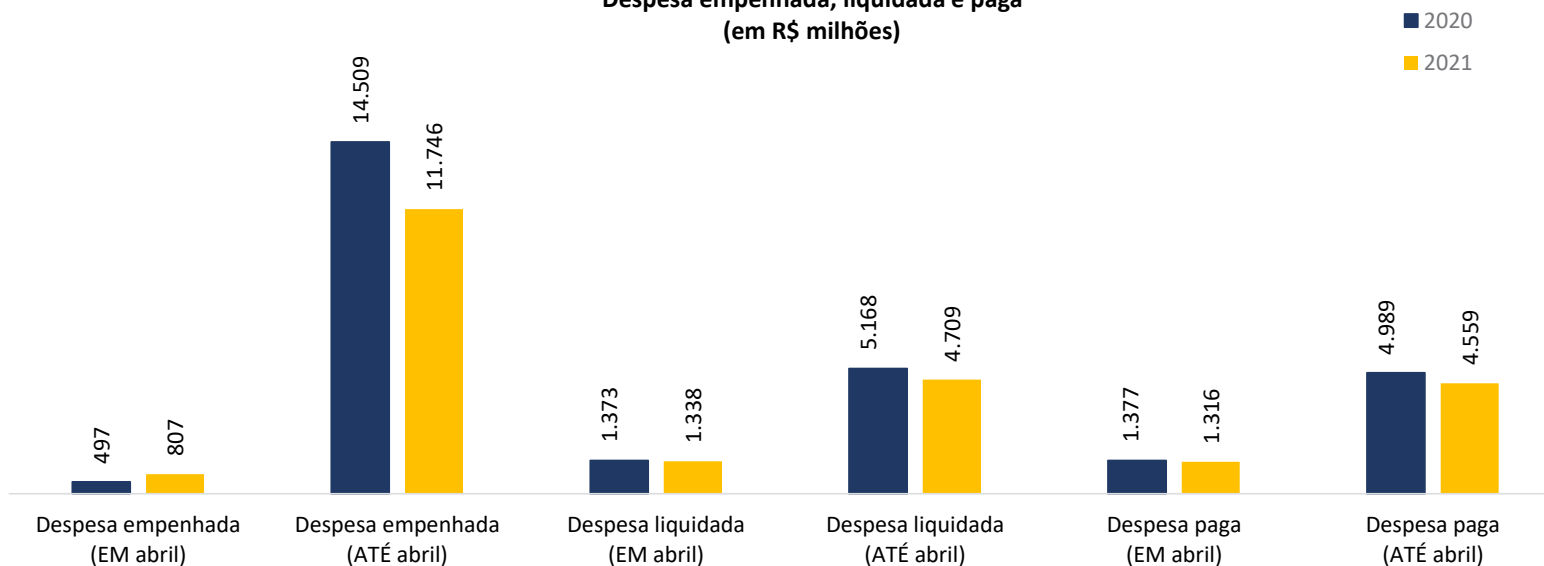


Gráfico 04 | fonte: Painel de Controle

As despesas empenhadas em abril registraram um acréscimo de aproximadamente 63% quando comparadas às do mesmo mês de 2020. Por outro lado, as despesas empenhadas até abril de 2021, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um decréscimo de 19%.

As despesas liquidadas em abril registraram um decréscimo de aproximadamente 3% quando comparadas às do mesmo mês de 2020. De igual modo, as despesas liquidadas até abril, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um decréscimo de aproximadamente 9%.

As despesas pagas em abril de 2021 registraram um decréscimo de 4% quando comparadas às do mesmo mês de 2020. Similarmente, as despesas pagas até abril de 2021, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um decréscimo de aproximadamente 9%.

Gestão orçamentária | comparativo da **despesa**

Abril/2021

Despesa liquidada por função de Governo (comparativo EM abril - em R\$ milhões)

■ em abril/20
■ em abril/21

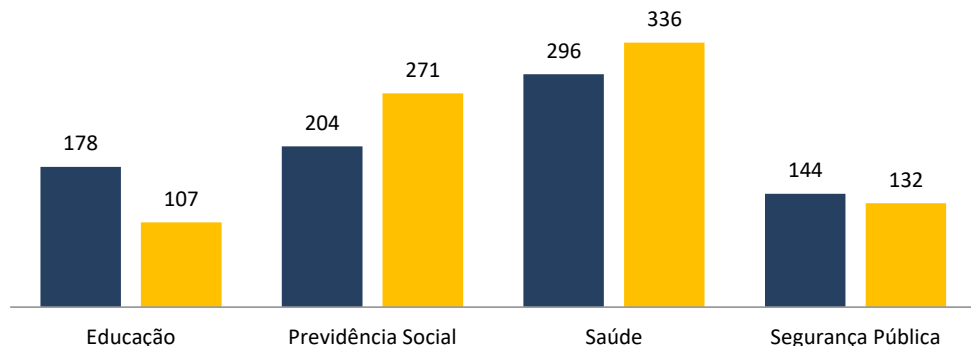


Gráfico 05 | fonte: Painel de Controle

Despesa liquidada por função de Governo (comparativo - acumulado ATÉ abril - em R\$ milhões)

■ até abril/20
■ até abril/21

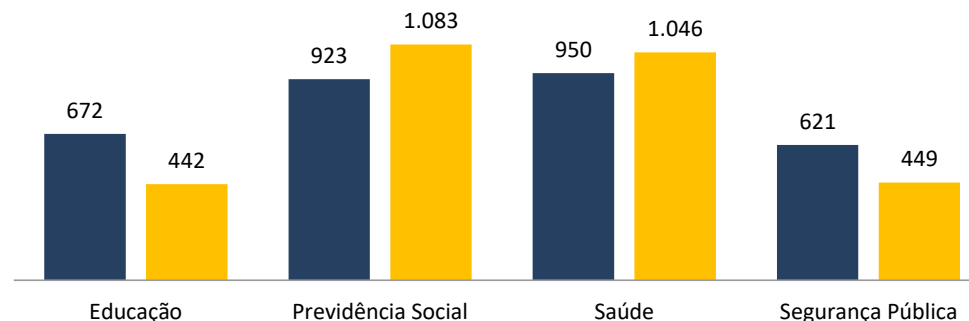


Gráfico 05a | fonte: Painel de Controle

Em análise às despesas liquidadas por funções de governo, constatou-se que as executadas nas funções **Saúde** e **Previdência Social** destacaram-se em relação às demais, tendo apresentado em abril **acréscimos percentuais** tanto em relação ao mesmo mês de 2020 (**14% e 33%, respectivamente**), quanto em relação aos valores acumulados no quadrimestre (**10% e 17%, respectivamente**). Com relação às despesas nas funções **Educação** e **Segurança Pública**, constatou-se **comportamento oposto**, qual seja, **decréscimo** destas despesas no mês (**40% e 8%, respectivamente**) e no quadrimestre, quando comparadas ao mesmo período de 2020 (**34% e 28% respectivamente**).

Gestão fiscal | resultado orçamentário

Abril/2021

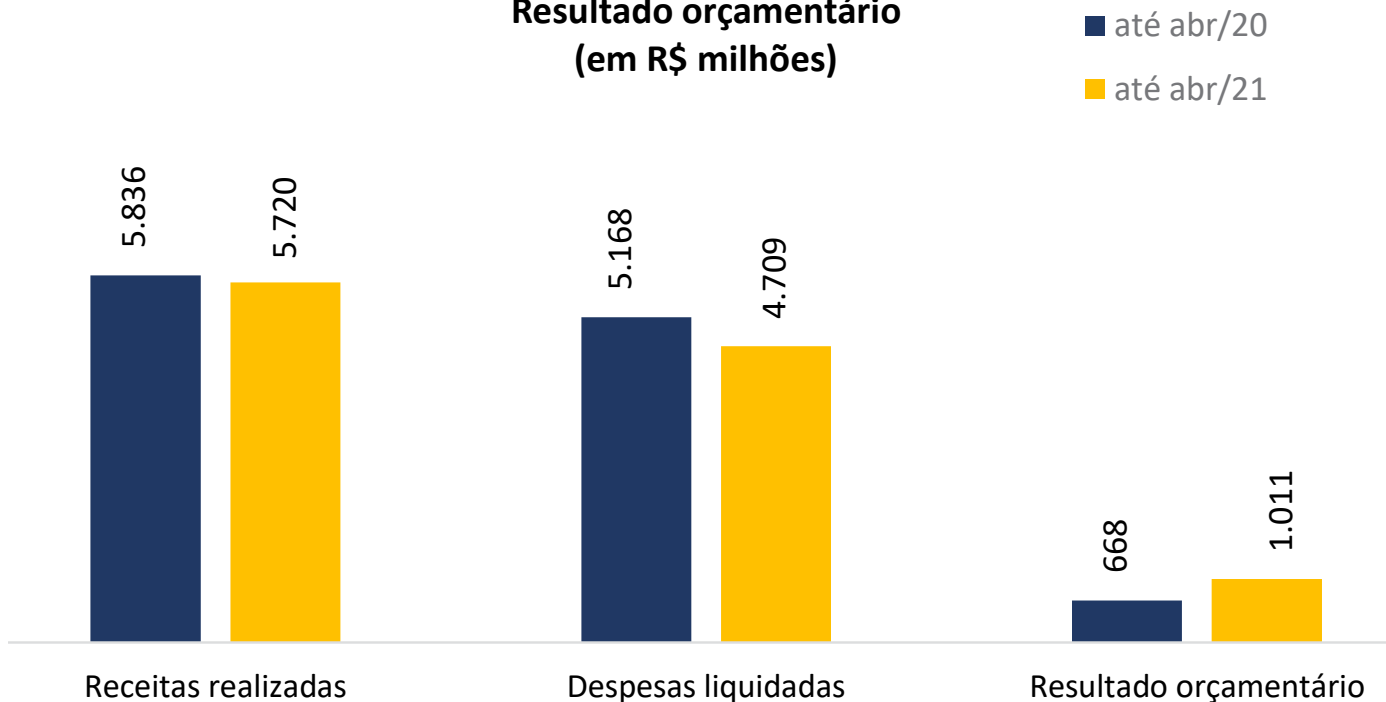
Resultado orçamentário
(em R\$ milhões)

Gráfico 06 | fonte: Painel de Controle

O Estado do Espírito Santo **arrecadou R\$ 5,7 bilhões e executou despesas no montante de aproximadamente R\$ 4,7 bilhões até abril de 2021**. Com isso, o **resultado orçamentário no período foi superavitário em aproximadamente R\$ 1 bilhão**.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o qual, também, apresentou superávit (aproximadamente R\$ 668 milhões), houve uma **variação nominal positiva de 51%**.

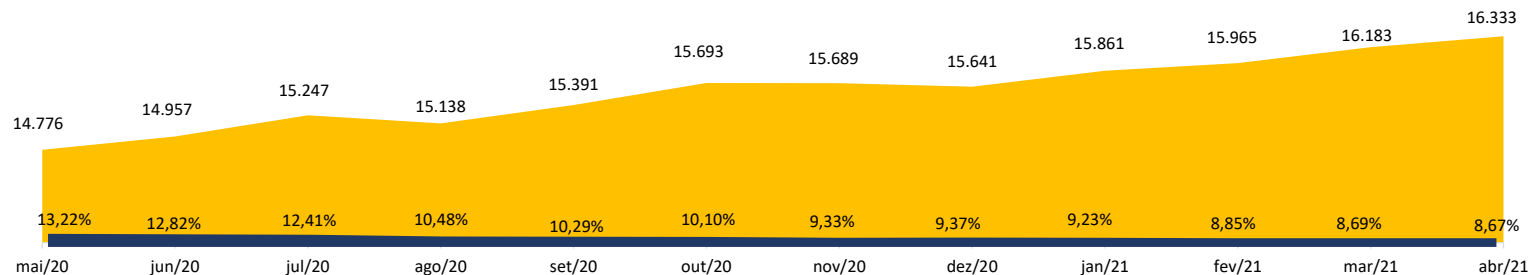
A **variação positiva** pode ser creditada, em maior parte, à **redução das despesas liquidadas (decréscimo de 9%** em relação ao mesmo período antecedente).

***nota - valores repassados pela União**

Gestão fiscal | **impacto dos royalties na RCL**

Abril/2021

Impacto dos royalties + PE (%) na RCL
(últimos 12 meses R\$ milhões)



O gráfico destaca o impacto da receita com royalties e participações especiais, que são recursos finitos, na composição da Receita Corrente Líquida nos últimos 12 meses.

Em **abril de 2021 a participação dos royalties atingiu 8,67% da RCL, sendo a menor a menor no quadrimestre.**

Gráfico 07 | fonte: Sigefes

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Abril/2021

Limites da despesa com pessoal em relação RCL Ajustada (em percentual)			
DESPESA COM PESSOAL	ALERTA 90% do limite legal	PRUDENCIAL 95% do limite legal	LEGAL
Ente Consolidado	54,00%	57,00%	60,00%
Poder Executivo	44,10%	46,55%	49,00%
Poder Judiciário	5,40%	5,70%	6,00%
Ministério Público	1,80%	1,90%	2,00%
Assembleia Legislativa	1,53%	1,62%	1,70%
Tribunal de Contas	1,17%	1,24%	1,30%

Tabela 01 | fonte: LRF

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas (despesa bruta com pessoal), deduzidos alguns itens explicitados pela LRF.

A despesa total com pessoal dos Poderes Estaduais Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e o Ministério Público Estadual, é apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, a exemplo do que ocorre no cálculo da RCL.

A despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, em cada período de apuração, não poderá exceder percentuais da Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL previstos na LRF, conforme os limites máximos estabelecidos.*

RCL ajustada em abril de 2021:

R\$ 16.274.883.875,51

*Conforme disposto no § 3º do artigo 15 da LC 178/2021 está suspensa a contagem dos prazos e as disposições do art. 23 da LRF, no exercício financeiro de 2021 (recondução aos limites legais com despesas de pessoal).

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Abril/2021

Consolidado

Despesa com pessoal
R\$ 7,59B

Limite da LRF
46,64%

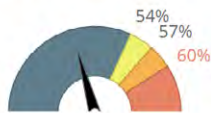


Gráfico 08
Fonte: Painel de Controle

A despesa com pessoal “Consolidado” em abril de 2021, atingiu R\$ 7,59 bilhões, representando 46,64% da RCL, obedecendo ao limite máximo estabelecido pela LRF (60% da RCL)*.

O gasto com pessoal Consolidado** representa a despesa total com pessoal dos Poderes Estaduais Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e o Ministério Público Estadual, apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores.

**De acordo com a LRF, as despesas com pessoal do Estado “Consolidado” não podem ultrapassar 60% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 19 da LRF). Caso esses gastos atinjam 57% da Receita Corrente Líquida Ajustada, o Estado entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF). Caso esses gastos atinjam 54% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta. (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

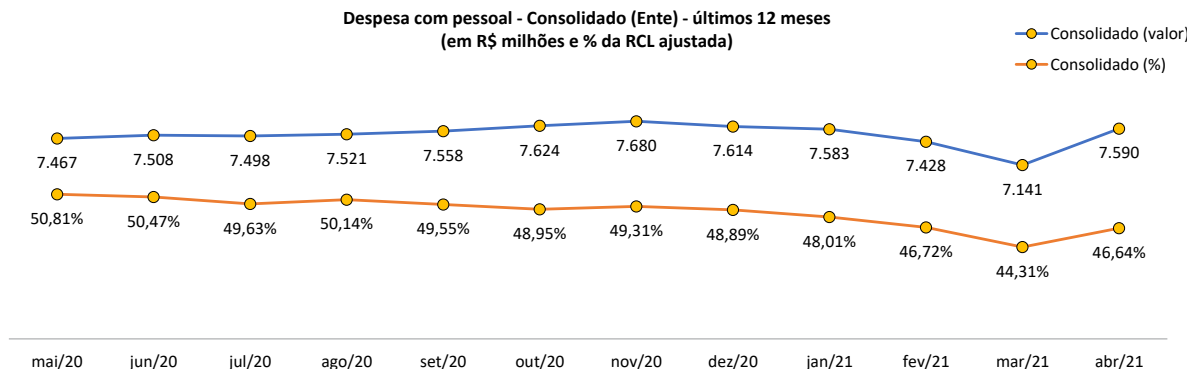


Gráfico 08A | fonte: Sigefes

***nota**

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Abril/2021

Poder Executivo

Despesa com pessoal
R\$ 6,04B

Limite da LRF
37,11%

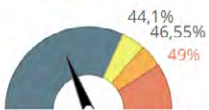


Gráfico 09
Fonte: Painel de Controle

A **despesa com pessoal do Poder Executivo Estadual***, incluído **Defensoria Pública Estadual**, (órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido em lei limite de despesa com pessoal) **atingiu em abril de 2021 R\$ 6,04 bilhões, o que representou 37,11% da RCL****, obedecendo o limite máximo estabelecido pela LRF para este poder, que é de 49% da RCL.

*Em elação ao Poder Executivo, a LRF estabeleceu que as despesas com pessoal não podem ultrapassar 49% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 46,55% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Poder Executivo entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF) e se tiver atingido 44,10% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

****nota**

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

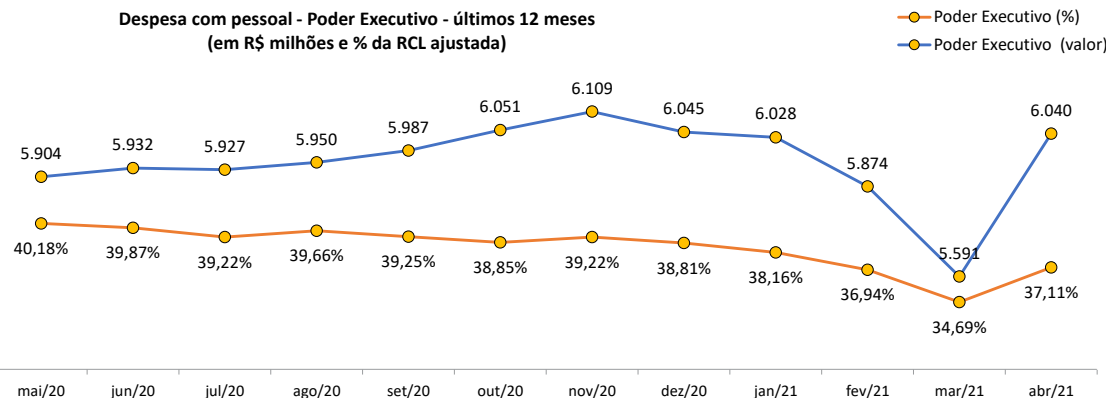


Gráfico 09A | fonte: Sigecefes

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Abril/2021

Poder Judiciário

Despesa com pessoal
R\$ 838,90M

Limite da LRF
5,15%

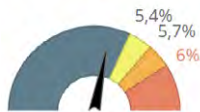


Gráfico 10
Fonte: Painel de Controle

No Poder Judiciário*, a **despesa com pessoal correspondeu a R\$ 838,90 milhões**, o que representou **5,15% da RCL**, obedecendo, portanto, o limite máximo estabelecido pela LRF.

*De acordo com a LRF as despesas com pessoal do Poder Judiciário não podem ultrapassar 6% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 5,70% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Poder Judiciário entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF), e se for o caso de atingirem 5,40% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

Despesa com pessoal - Poder Judiciário - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)

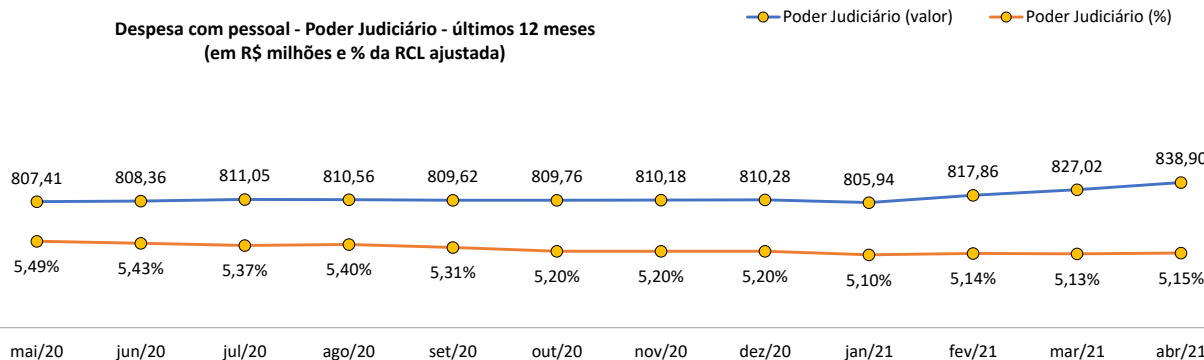


Gráfico 10A | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Abril/2021

Assembleia Legislativa

Despesa com pessoal
R\$ 166,90M

Limite da LRF
1,03%

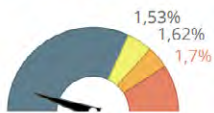


Gráfico 11
Fonte: Painel de Controle

Na Assembleia Legislativa*, a despesa com pessoal atingiu R\$ 166,90 milhões, o que representou 1,03% da RCL, obedecendo ao limite estabelecido pela LRF, de 1,70% da RCL.

*De acordo com a LRF as despesas com pessoal da Assembleia Legislativa não podem ultrapassar 1,70% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 1,62% da Receita Corrente Líquida Ajustada a Assembleia Legislativa entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF), e se tiver atingido 1,53% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

Despesa com pessoal - Ales - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)

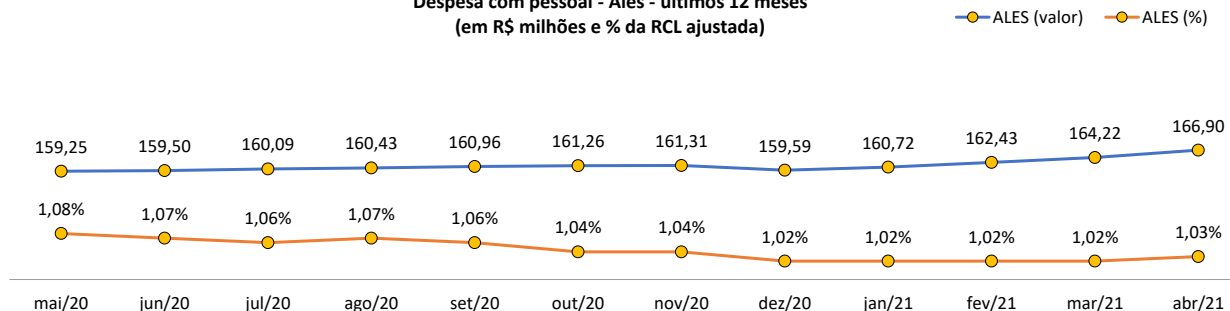


Gráfico 11A | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Abril/2021

Ministério Público

Despesa com pessoal
R\$ 257,60M

Limite da LRF
1,58%

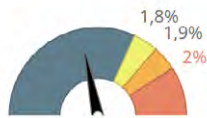


Gráfico 12
Fonte: Painel de Controle

No **Ministério Público Estadual***, a despesa com pessoal atingiu **R\$ 257,60 milhões**, o que representou **1,58% da RCL**, obedecendo ao limite máximo estabelecido (2% da RCL).

*De acordo com a LRF as despesas com pessoal do Ministério Público não podem ultrapassar 2% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 1,90% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Ministério Público entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF) e caso atinjam 1,80% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

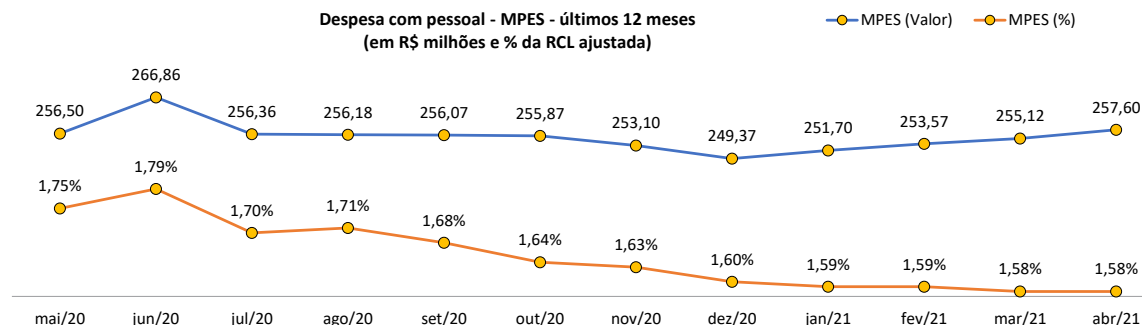


Gráfico 12A | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Abril/2021

Tribunal de Contas

Despesa com pessoal
R\$ 124,29M

Limite da LRF
0,76%

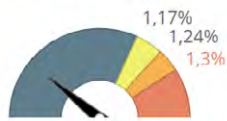


Gráfico 13
Fonte: Painel de Controle

No **Tribunal de Contas***, a despesa com pessoal atingiu **R\$ 124,29 milhões**, o que representou **0,76% da RCL**, obedecendo ao limite estabelecido de **1,30% da RCL**.

*De acordo com a LRF as despesas com pessoal do Tribunal de Contas não podem ultrapassar 1,30% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 1,235% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF). No caso de esses gastos atingirem 1,170% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

Despesa com pessoal - TCEES - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)

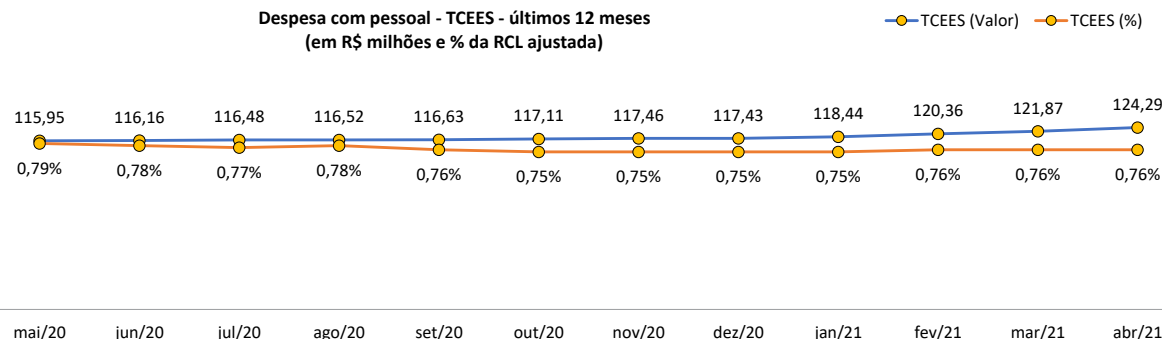


Gráfico 13A | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Abril/2021

Defensoria Pública

Despesa com pessoal

R\$ 48,58M

A **Defensoria Pública** atingiu **R\$ 48,58** milhões de despesa com pessoal em abril de 2021, que estão incluídos no cômputo do limite estabelecido pela LRF para o Poder Executivo do Estado.

O gráfico, apresenta um histórico da despesa com pessoal da Defensoria Pública do Estado, nos últimos 5 anos, evidenciando que de 2016 a 2019 ocorreu uma redução de aproximadamente 11,79%. Em 2020, contudo, constatou-se um acréscimo de aproximadamente 5% em relação ao ano anterior.*

Despesa com pessoal - Defensoria Pública - últimos 12 meses
(em R\$ milhões)

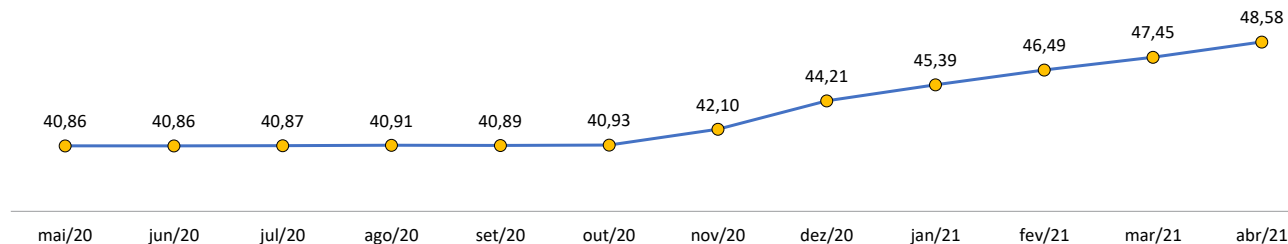


Gráfico 14 | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | cenários da despesa com pessoal

Abril/2021

Considerando redução dos royalties

Cenários do percentual da despesa com pessoal* considerando redução dos royalties - abril/2021

Redução dos Royalties (Cenários)	Ente (Consolidado)	Executivo	TJ	MP	Ales	TC
0%	46,64%	37,11%	5,81% limite prudencial	1,72%	1,14%	0,86%
-35%	48,10%	38,28%	5,99% limite prudencial	1,77%	1,17%	0,89%
-40%	48,32%	38,45%	6,02% limite legal	1,78%	1,18%	0,89%
-45%	48,54%	38,62%	6,05% limite legal	1,79%	1,18%	0,90%
-50%	48,76%	38,80%	6,07% limite legal	1,80% limite alerta	1,19%	0,90%
-100%	51,09%	40,65%	6,36% limite legal	1,88% limite alerta	1,25%	0,95%

Tabela 02 | fonte: Sigefes

As receitas de compensação financeira oriundas da produção de petróleo estão classificadas no grupo de transferências correntes, compondo a base de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL). Como se trata de recursos de alta volatilidade e de natureza transitória, a planilha em destaque aponta quais seriam os percentuais de despesa total com pessoal, por poder e órgão, considerando a hipótese de redução gradual desse tipo de receita de compensação financeira, acrescido do aporte de recursos para cobertura do déficit financeiro do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, conforme o §3º do artigo 18 da LC nº 101/2000, incluído pela LC nº 178/2021.

Neste caso é possível observar que:

- ▶ **O Tribunal de Justiça atingiria o limite prudencial, ainda que não houvesse redução de receita de compensação financeira (royalties) e o limite legal, na hipótese de uma redução mínima de 40% nas referidas receitas;**
- ▶ **O Ministério Público atingiria o limite de alerta na hipótese de uma redução mínima de 50% na receita de compensação financeira (royalties);**
- ▶ **O Ente, Poder Executivo, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas, mesmo na hipótese de redução integral (100%) da receita de compensação financeira (royalties), permaneceriam com percentuais de despesa com pessoal abaixo dos limites estabelecidos.**

*A despesa com pessoal considera todo o aporte previdenciário do órgão, cenário que prevalecerá a partir de dezembro de 2021 em decorrência do §3º do artigo 19 da LC nº 101/2000, incluso pela LC nº 178/2021, c/c a normatização do TCE-ES na IN nº 72, de 4 de maio de 2021.

Em virtude das alterações decorrentes da Emenda Constitucional – EC nº 108, de 2020, que incluiu o art. 212-A na Constituição Federal (CF/88), e da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o **novo** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o **TCEES está realizando os ajustes necessários na sistemática de cálculo** de forma a contemplar a aferição do cumprimento do limite mínimo de aplicação dos recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), no montante de 25% das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais.

Inclusive para contemplar o mínimo exigível de aplicação de 70% dos recursos recebidos pelo Estado relativos ao Fundeb, na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. Ressalta-se que até 2020 o mínimo exigível era de 60%.

Em função disso, excepcionalmente, **não serão apresentados os dados referentes aos primeiros meses de 2021.**

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **aplicação na saúde**

Abril/2021

**Acompanhamento da aplicação em saúde
acumulado até abril/21
(em R\$ milhões e % da receita)**

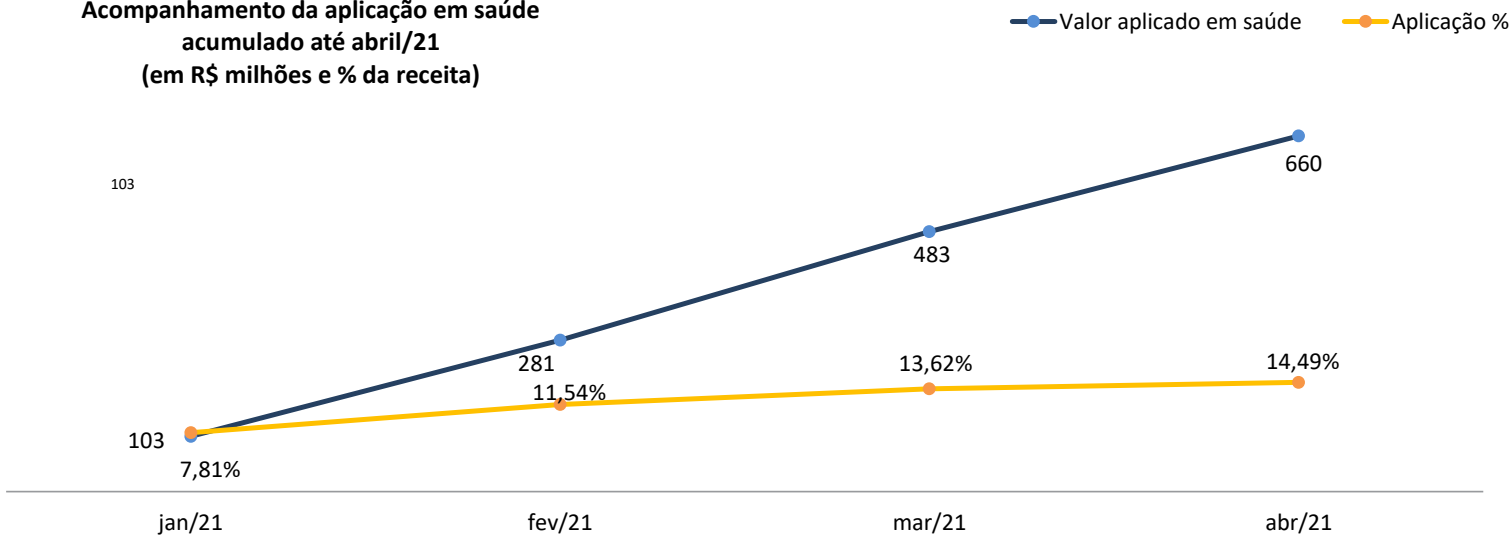


Gráfico 15 | fonte: Painel de Controle

A verificação quanto ao cumprimento do limite mínimo de aplicação dos 12% das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais, em ações e serviços públicos de Saúde é anual.

No entanto, apenas para fins de acompanhamento, o gráfico apresenta os valores e respectivos percentuais, relativos ao acumulado de recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde até o mês de referência. Nesse caso, observa-se que o **Estado aplicou aproximadamente R\$ 660 milhões em Saúde, correspondente a 14,49% das receitas resultantes de impostos**, incluídas as transferências constitucionais.

Gestão fiscal | resultado primário e nominal

Abril/2021

Resultado primário (em R\$ milhões)

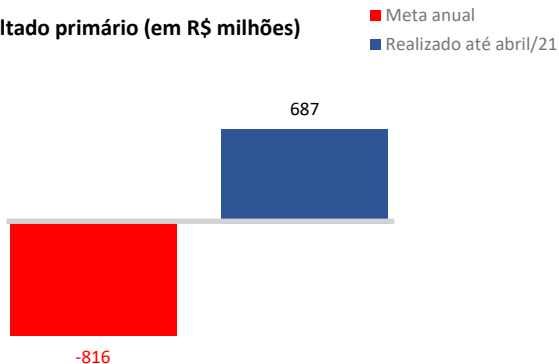


Gráfico 16 | fonte: Painel de Controle

O Resultado Primário é conceituado pela diferença entre Receitas Primárias e Despesas Primárias do Estado. Em caso de diferença positiva, tem-se um superávit primário; caso a diferença seja negativa, tem-se um déficit primário.

As Receitas Primárias correspondem às receitas orçamentárias que efetivamente diminuem o montante da Dívida Consolidada Líquida, ou seja, que aumentem as disponibilidades de caixa do ente sem um equivalente aumento no montante de sua dívida consolidada.

As despesas primárias correspondem às despesas orçamentárias que diminuem o estoque das disponibilidades de caixa e haveres financeiros, sem uma contrapartida em forma de diminuição equivalente no estoque da dívida consolidada.

Superávits primários representam esforço fiscal no sentido de diminuição da Dívida Consolidada Líquida. Em contrapartida, déficits primários têm como implicação o aumento da Dívida Consolidada Líquida.

Resultado nominal (em R\$ milhões)

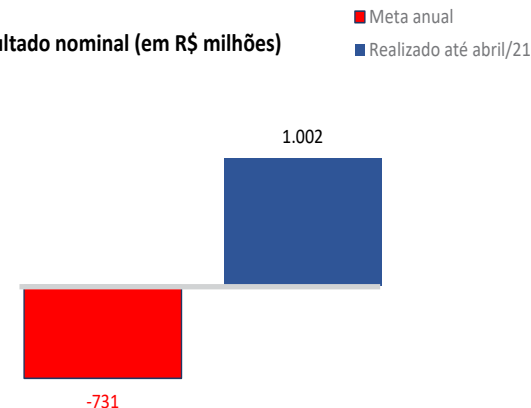


Gráfico 16A | fonte: Painel de Controle

O Resultado Nominal representa a variação da Dívida Consolidada Líquida em dado período e pode ser obtido a partir do Resultado Primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos).

No **primeiro quadrimestre de 2021 observou-se um Resultado Primário superavitário de aproximadamente R\$ 687 milhões**, apresentando desempenho dentro do parâmetro estabelecido para o ano no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2021.

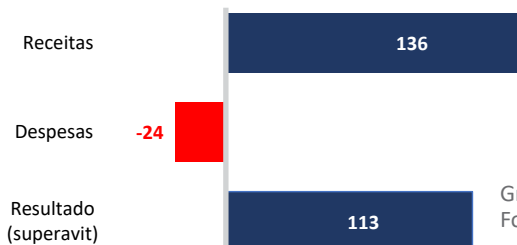
Quanto ao **Resultado Nominal**, observou-se que o resultado **acumulado até abril/2021 foi superavitário em aproximadamente R\$ 1 bilhão, indicando uma diminuição da Dívida Consolidada Líquida**, estando dentro do parâmetro estabelecido para o ano no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2021.

Gestão previdenciária | resultado previdenciário

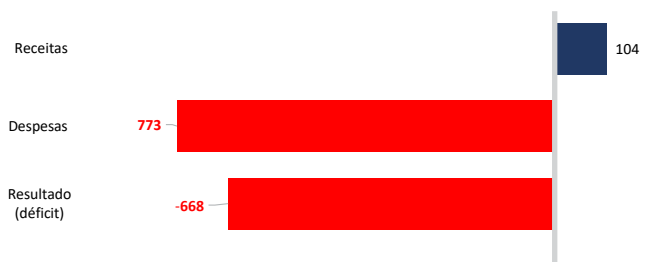
Abril/2021

Acumulado até abril (valores em R\$ milhões)

Fundo Previdenciário

Gráfico 17
Fonte: Sigefes

Fundo Financeiro

Gráfico 17A
Fonte: Sigefes

Fundo de Proteção Social dos Militares

Gráfico 17B
Fonte: Sigefes

Com o advento da LC nº 282/2004, foram criados os Fundos Financeiro e Previdenciário que se destinam, respectivamente, ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores que tenham ingressado no serviço público estadual e aos aposentados e pensionistas que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação da referida Lei, e ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressaram ou que venham a ingressar no serviço público estadual a partir da publicação desta lei.

Além disso, por meio da Lei Complementar 943 de 16/03/2020, foi criado o Fundo de Proteção Social dos Militares – FPS*.

Os gráficos destacam que o **Fundo Previdenciário alcançou superávit de aproximadamente R\$ 113 milhões**, enquanto que o **Fundo Financeiro e o Fundo de Proteção Social dos Militares**, em função do grande volume de despesas previdenciárias frente às receitas auferidas até o final mês de abril de 2021, apresentaram **resultados deficitários de aproximadamente R\$ 668 milhões e R\$ 226 milhões**, respectivamente.

Gestão **orçamentária**

Receita

Receita **total**

Composição da receita

Despesa

Despesa **total**

Comparativo da despesa **por função**

Resultado orçamentário

Gestão **fiscal**

Limites constitucionais e legais

Despesa com pessoal e
aplicação em saúde

Aplicação no **ensino**

Clique nas abas para
acessar as informações

Gestão orçamentária | receita total

Receita Total (em R\$ milhões)

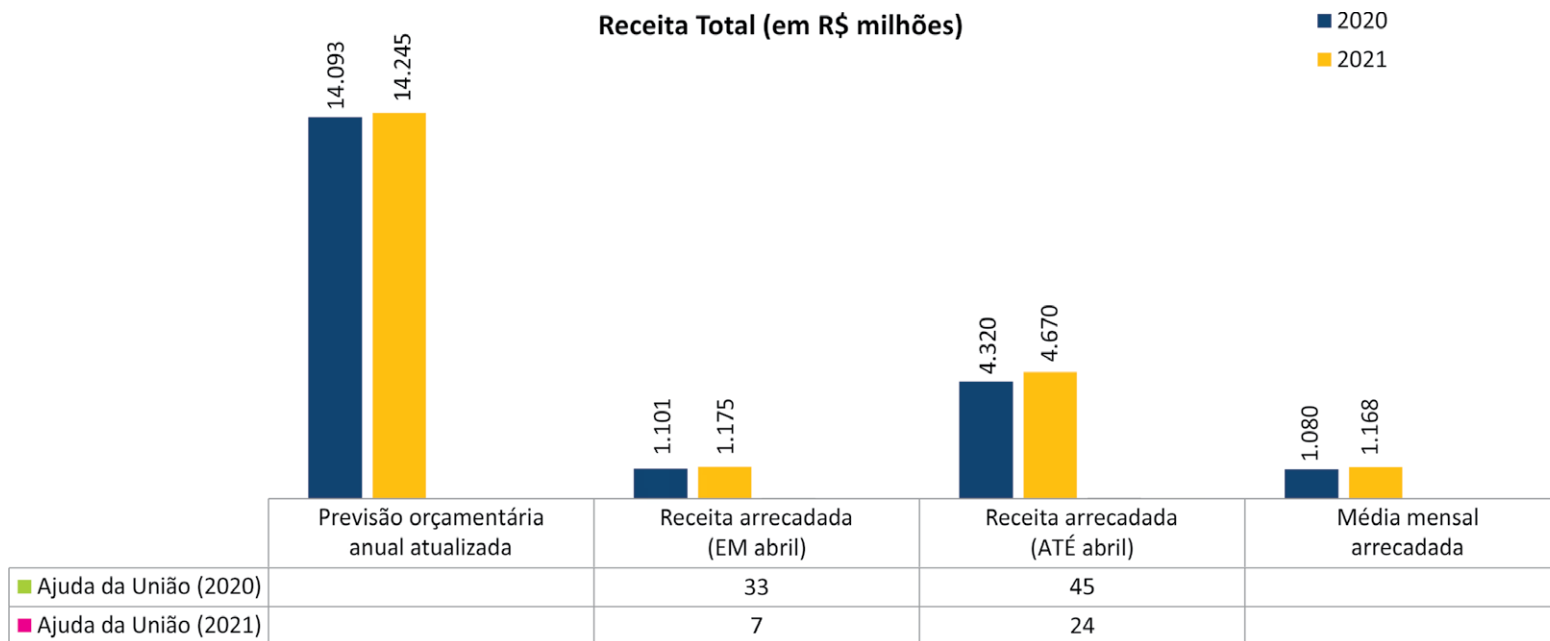


Gráfico 18 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

As Leis Orçamentárias Anuais (LOA) dos 77 municípios que homologaram suas contas mensais de abril/2021 no Tribunal de Contas, até 21/05/2021*, consideradas de forma agregada e atualizadas pela abertura de créditos adicionais, estimaram as **receitas em R\$ 14,2 bilhões**, evidenciando, desta forma, um **acréscimo de 1% em relação ao montante de arrecadação previsto para o mesmo período do ano anterior que foi de aproximadamente R\$ 14,1 bilhões**.

A **receita arrecadada até abril de 2021, de aproximadamente R\$ 4,7 bilhões**, representou um **acréscimo de 8%** quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

*Não estão contemplados os dados do município de Itapemirim.

Composição da receita arrecadada
(ATÉ abril - em R\$ milhões)

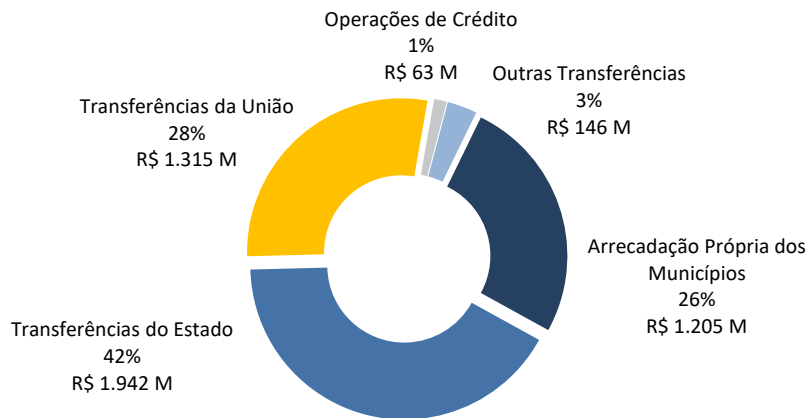


Gráfico 19 | Fonte: Painel de Controle / dados abertos.

Composição da receita arrecadada
(EM abril - em R\$ milhões)

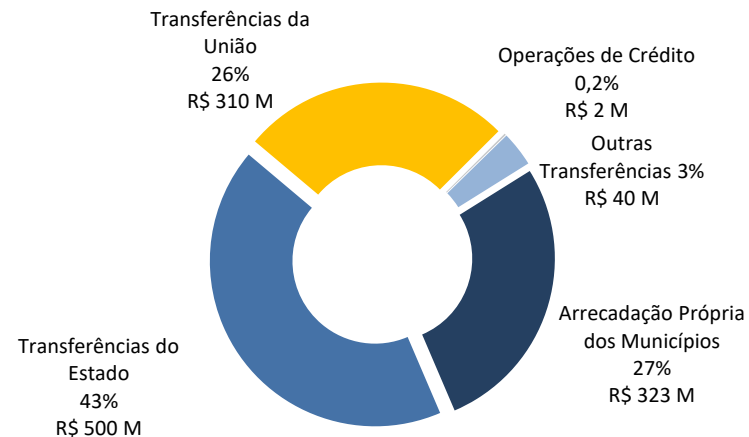


Gráfico 19A | Fonte: Painel de Controle / dados abertos.

*Não estão contemplados os dados do município de Itapemirim.

Gestão orçamentária | despesa **total***

Abril/2021

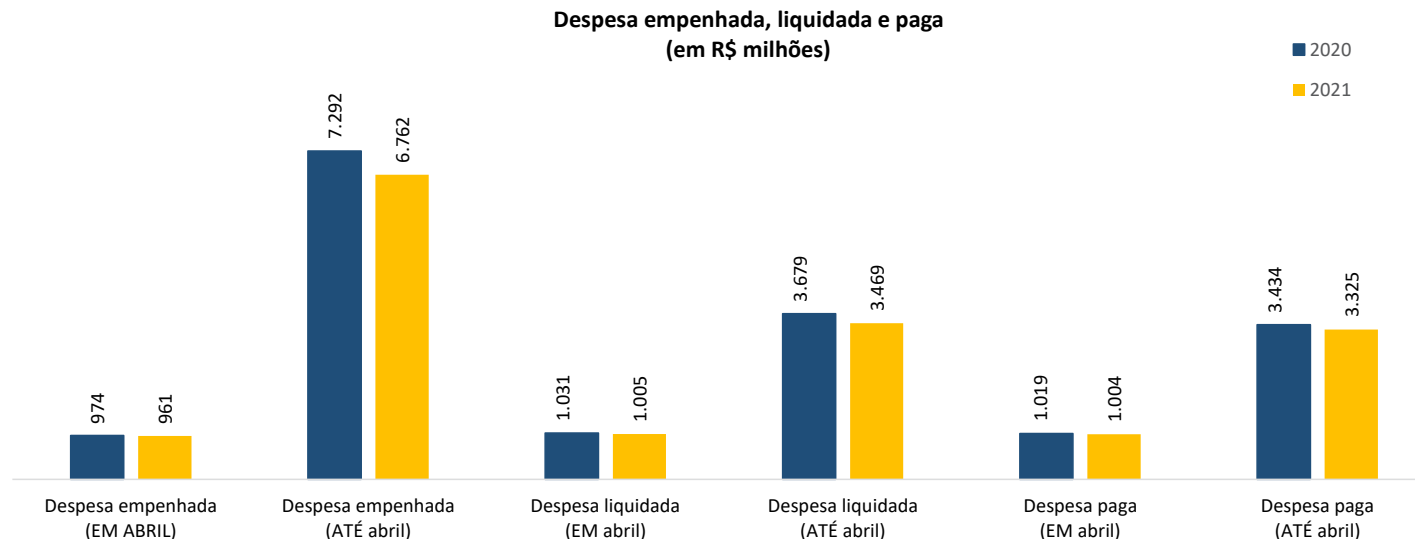


Gráfico 20 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

As despesas empenhadas em abril registraram um decréscimo de 1% quando comparadas às do mesmo mês de 2020. De igual modo, as despesas empenhadas até abril de 2021, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um decréscimo de 7%.

As despesas liquidadas em abril registraram um decréscimo de aproximadamente 3% quando comparadas às do mesmo mês de 2020. De igual modo, as despesas liquidadas até abril, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um decréscimo de aproximadamente 6%.

As despesas pagas em abril de 2021 registraram um decréscimo aproximado de 3% quando comparadas às do mesmo mês de 2020. Similarmente, as despesas pagas até abril de 2021, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um decréscimo de igual proporção.

*Não estão contemplados os dados do município de Itapemirim.

Gestão orçamentária | **comparativo** da despesa **por função***

Abril/2021

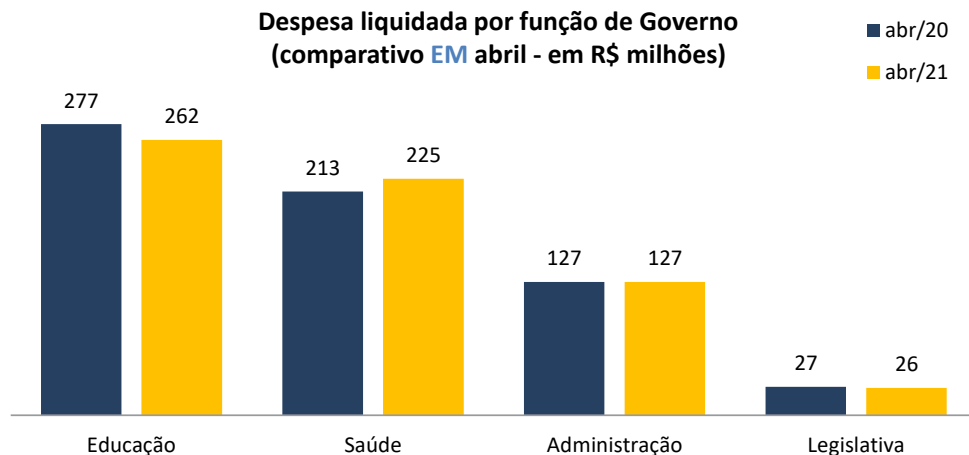


Gráfico 21 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

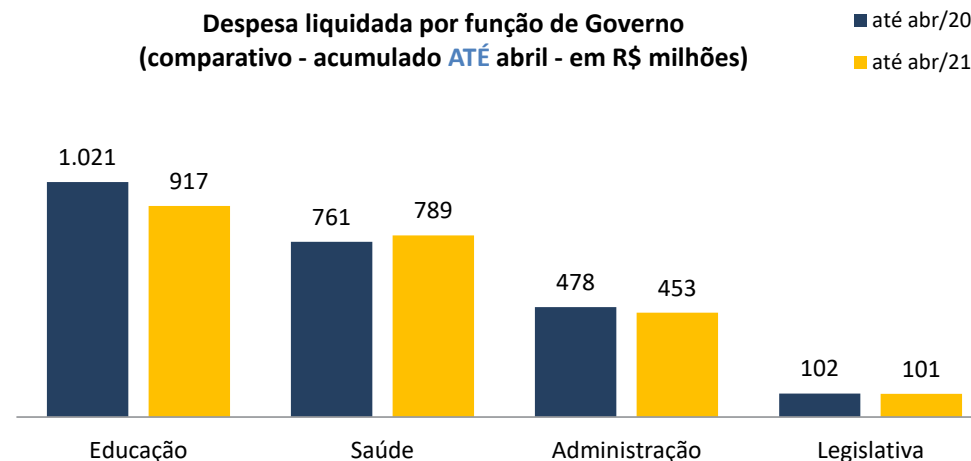


Gráfico 29 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

Em análise às despesas liquidadas por funções de governo, constatou-se que até o mês de abril de 2021 ocorreu **decréscimo nominal das despesas nas funções educação (10%), administração (5%) e legislativa (1%)**, quando comparadas às apresentadas no mesmo período do ano anterior. No que se refere às despesas liquidadas na função **saúde**, constatou-se que estas evoluíram aproximadamente **4%** em relação ao acumulado no mesmo período de 2020.

*Não estão contemplados os dados do município de Itapemirim.

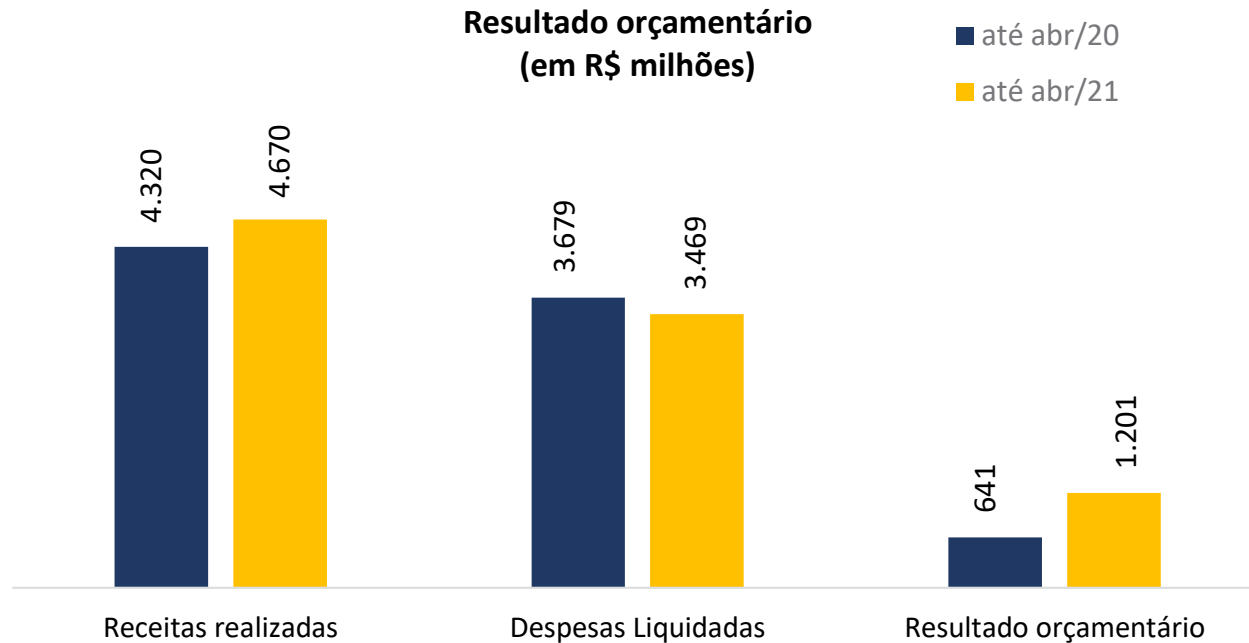


Gráfico 22 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

Considerados os municípios que tiveram suas prestações de contas homologadas e entregues até a data de corte estabelecida neste painel, constatou-se que estes **arrecadaram aproximadamente R\$ 4,7 bilhões e executaram despesas no montante aproximado de R\$ 3,5 bilhões** até o final de abril deste exercício. Com isso, o **resultado orçamentário no período foi superavitário em aproximadamente R\$ 1,2 bilhão**.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o qual, também, apresentou superávit (R\$ 641 milhões), houve uma **variação nominal positiva de aproximadamente 88%**. A variação positiva pode ser creditada, em maior parte, ao decréscimo das despesas empenhadas (variação de 6% em relação ao mesmo período antecedente), a qual se fez acompanhada pela evolução de aproximadamente 8% no que tange à arrecadação do 1º quadrimestre de 2021, quando comparada ao mesmo período do ano antecedente.

*Não estão contemplados os dados do município de Itapemirim.

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal e aplicação em saúde***

Abril/2021

Poder Executivo Municipal - Despesa com pessoal
Quantidade de municípios por faixa de limites da LRF

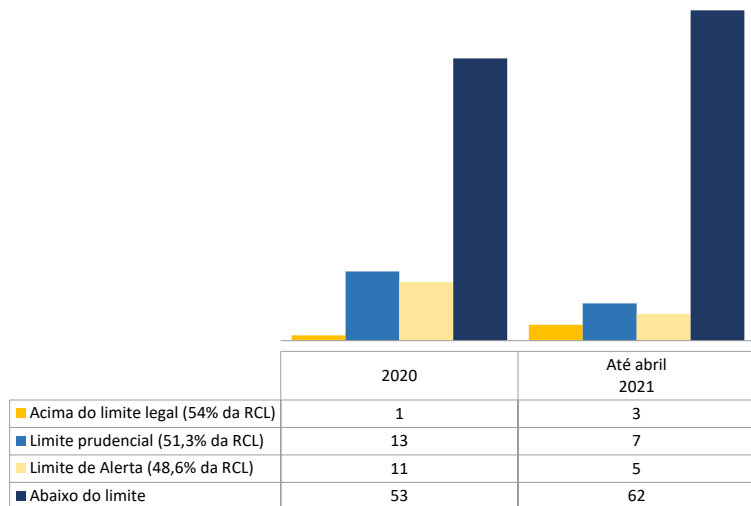


Gráfico 23 | fonte: Painel de Controle (acesso em 25/05/2021 às 18h30)

Em abril deste ano, destacou-se a expressiva redução na quantidade de municípios que atingiram os limites de alerta e prudencial, comparativamente ao final de 2020. Constatou-se que dos 77 municípios que prestaram contas, apenas três municípios evidenciavam descumprimento da limitação da LRF (54% da RCL), no que tange ao Poder Executivo municipal: Anchieta, Bom Jesus do Norte e Água Doce do Norte, este último, mantendo a tendência registrada no exercício antecedente.

Nota: acesso aos dados em 25/05/2021 às 18h30. O painel de controle registra a ausência de dados de um município em abril/2021 (Itapemirim)

Quantidade de municípios que aplicaram ou não o limite mínimo exigível em saúde

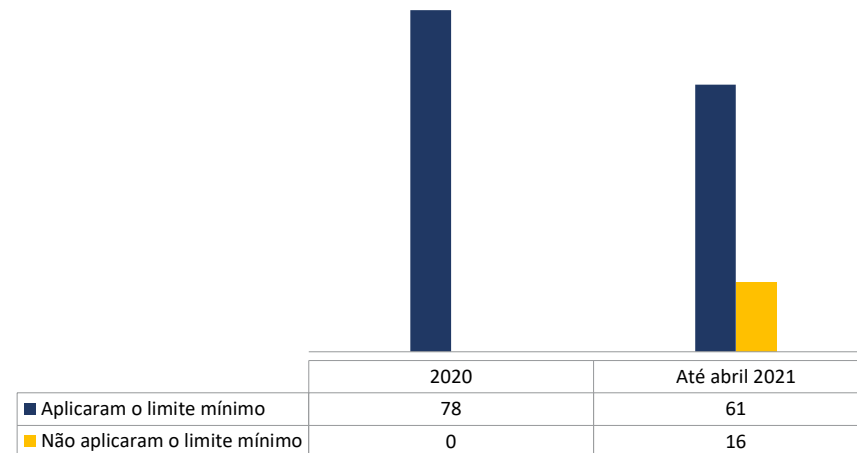


Gráfico 23A | fonte: Painel de Controle (acesso em 25/05/2021 às 18h30)

A verificação quanto ao cumprimento do limite mínimo de aplicação dos recursos em Saúde, no montante de 15% das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais é anual.

O gráfico destaca, para fins de acompanhamento, que dos 77 municípios que prestaram contas mensais em abril 2021, 61 (sessenta e um) evidenciavam cumprimento do limite mínimo constitucional, contudo 16 (dezesseis) municípios não aplicaram o mínimo exigível.

Em virtude das **alterações decorrentes da Emenda Constitucional – EC nº 108, de 2020**, que incluiu o art. 212-A na Constituição Federal, e da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que **regulamenta o novo Fundeb, o TCEES está realizando os ajustes necessários na sistemática de cálculo/apuração do cumprimento dos limites mínimos exigíveis**, adequando-a, inclusive, ao novo modelo do demonstrativo introduzido por força dos instrumentos legais mencionados.

Em função disso, excepcionalmente, **não serão apresentados os dados referentes aos primeiros meses de 2021.**

Resumo¹

As medidas de contenção da Covid-19 em 2021 fizeram o PIB do bloco econômico da União Europeia recuar 1,7% no 1º trimestre em relação ao mesmo trimestre de 2020, e caiu 0,4% em relação ao 4º trimestre de 2020.

A Balança Comercial do país em abril mostrou forte desempenho em relação a abril de 2020, crescendo 50,5% em valores exportados (US\$ 26,48 bilhões) e 41,1% em valores importados (US\$ 16,13 bilhões), gerando um saldo positivo de US\$ 10,35 bilhões e uma corrente de comércio de US\$ 42,61 bilhões.

O Espírito Santo se beneficiou com a expansão dos preços internacionais das *commodities* produzidas no estado no 1º trimestre de 2021: o valor das exportações da indústria do Espírito Santo aumentou em 17,0%, apesar da redução de 13,8% na quantidade, frente ao 1º trimestre de 2020.

O agravamento do quadro sanitário provocado pela Covid-19 e consequente ampliação das medidas restritivas provocaram recuo na prévia do PIB do país (IBC-Br) e do Estado (IBCR-ES) na passagem de fevereiro para março. Contudo, em março, tanto o IBC-Br quanto o IBCR-ES permaneceram acima dos patamares pré-pandemia (janeiro e fevereiro de 2020), finalizando o 1º trimestre com aumento de 2,3% (Brasil) e 2,77% (ES) frente ao 1º trimestre de 2020.

Na passagem de abril para maio, o Índice de Confiança do Empresário Industrial mostrou otimismo tanto do empresário industrial local quanto do Brasil. No mercado de trabalho formal, o Espírito Santo criou 15.969 postos formais (97.378 contratações e 81.409 demissões). No acumulado dos últimos 12 meses, o Estado registrou saldo positivo de 22.228 vagas celetistas.

A inflação (IPCA) de abril avançou frente a março tanto para o Brasil (+0,31%) quanto para o Estado (+0,38% para a Grande Vitória). Em 12 meses, a inflação do país está em 6,76%, e na RMGV em 7,53%.

1 Fontes: Boletim Econômico do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies) de abril 2021, A Semana Econômica (Ideies), e Estudos Econômicos do Ideies/Findes.

Resumo

A taxa Selic subiu para 3,50% a.a., aumento de 0,75 p.p. em relação à decisão anterior do Copom. Há previsão de novo aumento de 0,75 p.p. como forma de normalização parcial do estímulo monetário.

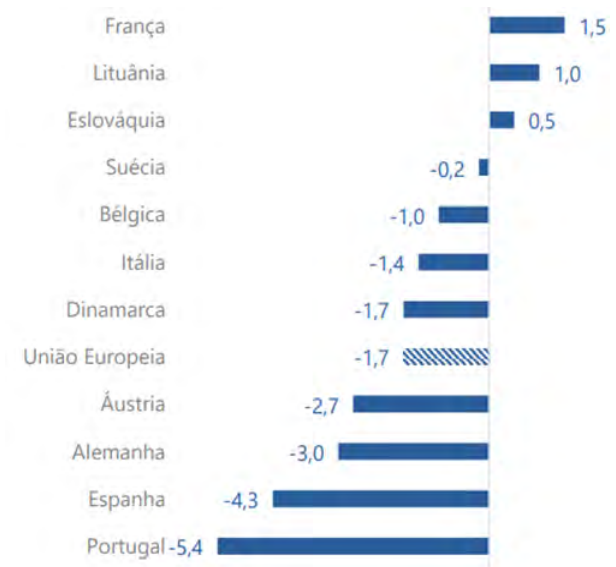
A produção de petróleo e gás natural no Espírito Santo em março de 2021 caiu em todas as bases de comparação: -19,3% em relação a março de 2020, -0,1% frente a fevereiro deste ano e -23,4% no acumulado do primeiro trimestre de 2021 frente ao mesmo período de 2020.

A arrecadação federal no acumulado de janeiro a abril atingiu R\$ 608,55 bilhões, acréscimo real de 13,62% em relação ao mesmo período do ano passado. Este foi o melhor resultado para o período desde o início da série histórica em 1995. Somente em abril foram arrecadados R\$ 156,8 bilhões (acrécimo real de 45,22% em relação a abril de 2020, e de 13,34% em relação a março de 2021).

Panorama internacional

O PIB do bloco econômico da União Europeia no 1º trimestre de 2021 recuou -1,7% em relação ao mesmo trimestre de 2020, e variou -0,4% em relação ao trimestre imediatamente anterior. Entre os países que compõem o bloco e que tiveram o PIB divulgado, apenas a França (1,5%), a Lituânia (1,0%) e a Eslováquia (0,5%) apresentaram variações positivas no PIB do trimestre em relação ao 1º trimestre de 2020. Nesta base de comparação, os recuos mais intensos foram verificados no PIB de Portugal (-5,4%) e no da Espanha (-4,3%). A presença da maioria de resultados negativos dos países europeus pode ser explicada pela necessidade de ampliação das medidas de contenção do espalhamento da Covid-19 ainda em 2021. A taxa de crescimento do emprego da União Europeia recuou -2,1% no 1º trimestre de 2021 em relação ao 1º trimestre de 2020, e variou -0,4% em relação ao 4º trimestre de 2020.

PIB trimestral (%) da União Europeia, países selecionados
1º trimestre de 2021 em relação ao 1º trimestre de 2020



Panorama internacional

Setor externo brasileiro

Os dados preliminares da Balança Comercial de abril mostram que as exportações totalizaram US\$ 26,48 bilhões e as importações US\$ 16,13 bilhões, gerando um saldo positivo de US\$ 10,35 bilhões e uma corrente de comércio de US\$ 42,61 bilhões. Em relação a abril de 2020, os valores exportados cresceram 50,5% e os importados 41,1%.

O Banco Central do Brasil divulgou o Índice de Commodities do Brasil (IC-Br) que fechou com a cotação média de R\$ 332,20 em abril de 2021. Em relação ao mês anterior, o preço das *commodities* no Brasil teve alta de 1,21%. Na comparação com os últimos 12 meses encerrados em abril de 2021, a cotação média das *commodities* aumentou 65,43%.

Setor externo capixaba

No acumulado de janeiro a março de 2021, frente ao mesmo período do ano anterior, o valor das exportações da indústria do Espírito Santo expandiu em 17,0%, em contrapartida a quantidade reduziu em -13,8%. Apenas em março de 2021, a indústria capixaba exportou 2,4 milhões de toneladas que geraram US\$ 743,0 milhões. Essa elevação do valor das exportações industriais capixaba está correlacionada à expansão dos preços internacionais das *commodities* produzidas no estado.

Balança Comercial Mensal, Brasil – US\$ bilhões

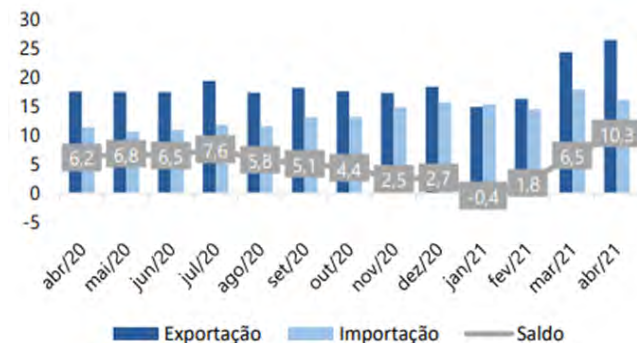


Gráfico 25 | Fonte: Ministério da Economia | Elaboração: Ideies/Findes

Índice de Commodities – Brasil (IC-Br) – Cotação em R\$ (média mensal – Dez/2005 = 100)



Gráfico 25A | Fonte: BCB | Elaboração: Ideies/Findes

Atividade econômica

O Banco Central do Brasil divulgou o Indicador de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br), que pode ser interpretado como uma prévia do PIB. No primeiro trimestre, o IBC-Br variou 2,3% tanto em relação ao 1º trimestre de 2020, quanto ao 4º trimestre de 2020 na série com o ajuste sazonal. Porém na passagem de fevereiro para março, o indicador recuou -1,6% devido ao agravamento da pandemia no país, interrompendo a sequência de dez variações positivas. Contudo, em março o indicador permaneceu acima dos patamares pré-pandemia (janeiro e fevereiro de 2020).

No Espírito Santo, o indicador de atividade econômica regional, o IBCR-ES, variou 2,77% no 1º trimestre de 2021 em relação ao 1º trimestre de 2020, positivamente influenciado pelo comércio varejista restrito (4,8%), o comércio varejista ampliado (11,4%) e o setor de serviços (0,6%), já que a produção industrial capixaba recuou -4,8% no período. Em relação ao 4º trimestre de 2020, o IBCR-ES avançou 2,22% na série com o ajuste sazonal. Na passagem de fevereiro para março, o indicador contraiu -0,32% na série com o ajuste sazonal. Apesar do desempenho ter sido superior ao do indicador nacional (-1,59%), assim como no país, o resultado negativo do estado foi decorrente do agravamento do quadro sanitário provocado pela Covid-19 e consequente ampliação das medidas restritivas. Contudo, em março, tanto o IBC-Br quanto o IBCR-ES permaneceram acima dos patamares pré-pandemia (janeiro e fevereiro de 2020).

IBC-Br e IBCR-ES - com ajuste sazonal

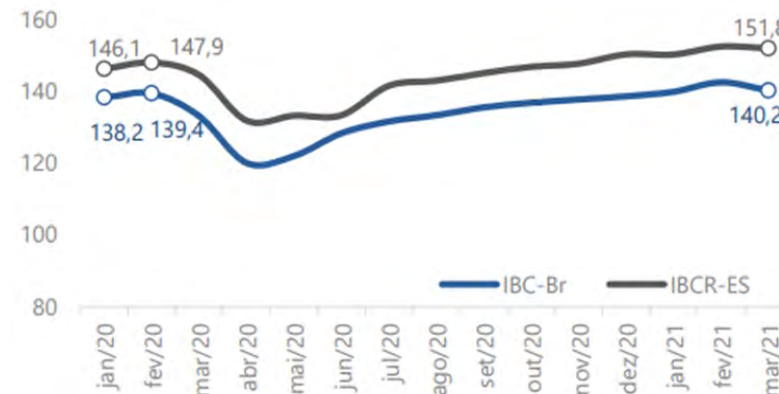


Gráfico 26 | Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Ideies / Findes.

Atividade econômica

O último Boletim Focus de abril mostra que as estimativas de crescimento do PIB para 2021 aumentaram pela segunda semana consecutiva, passando de 3,09% para 3,14%. Para a produção industrial, a mediana das expectativas de mercado indica crescimento de 5,03% para o ano. As expectativas da inflação para 2021 seguem em elevação pela quarta semana consecutiva com a mediana em 5,04%. A taxa Selic manteve a previsão de encerramento para o ano em 5,50% a.a. Já as expectativas em relação à taxa de câmbio para o final de 2021 ficaram estáveis em R\$/US\$ 5,40.

Boletim Focus – Expectativas de mercado – 30 de abril de 2021

Indicador	Mediana das Expectativas de Mercado (2021)	Comportamento das últimas 4 semanas			
		09/04	16/04	23/04	30/04
PIB (% de crescimento)	3,14	↓	↓	↑	↑
Produção industrial (% de crescimento)	5,03	↑	↓	→	↓
IPCA (%)	5,04	↑	↑	↑	↑
Selic (% a.a.)	5,50	↑	→	↑	→
Câmbio (R\$/US\$)	5,40	↑	↑	→	→

Legenda: ↑ alta → estabilidade ↓ queda

Gráfico 27 | Fonte: Banco Central | Elaboração: Ideies/Findes

Atividade econômica

Expectativas de empresários e consumidores

O Índice de Confiança do Empresário Industrial do Espírito Santo (ICEI-ES), na passagem de abril para maio saiu dos 50 pontos para 57. Esse resultado sinaliza um aumento da confiança do industrial capixaba. Os dois componentes do indicador também avançaram no mês, com um aumento de 4,6 pontos nas Condições Atuais, que atingiram 47,9 pontos, e um acréscimo de 8,2 pontos nas Expectativas, que chegaram a 61,5 pontos. O ICEI do Brasil, divulgado pela CNI na semana passada, encontra-se em 56,9 pontos, também assinalando otimismo por parte do industrial brasileiro.

Mercado de trabalho

No mês de abril houve intensificação das medidas mais restritivas para controle da pandemia da Covid-19. No Espírito Santo, o mês se iniciou com a quarentena que durou de 28 de março a 4 de abril, com a proibição do funcionamento de atividades consideradas não essenciais e a interrupção do transporte público. Ainda assim, no acumulado do primeiro trimestre de 2021, o mercado de trabalho formal do Espírito Santo criou 15.969 postos formais, frente ao total de

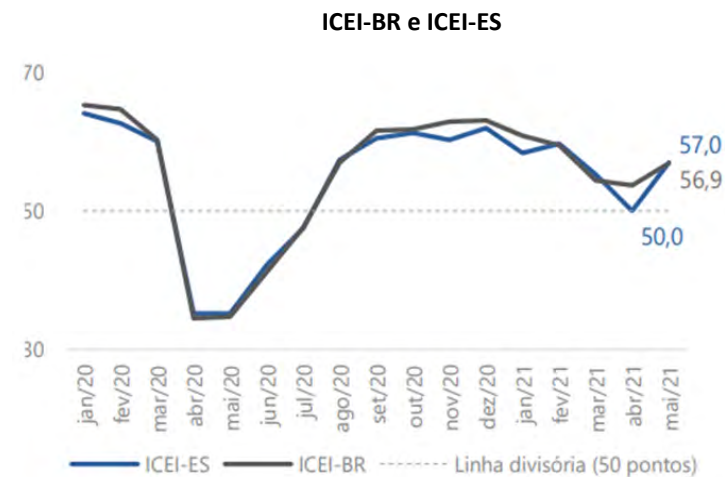


Gráfico 28 | Fonte: CNI e Ideies. Elaboração: Ideies/Findes.

Atividade econômica

contratações (97.378) e as demissões (81.409). Já no acumulado dos últimos 12 meses, o Espírito Santo registrou saldo positivo de 22.228 vagas celetistas, resultado da movimentação entre 314.205 admitidos e 291.977 desligados.

Para o Brasil, o resultado de abril também foi positivo com registro de 120.935 novas vagas formais criadas. Com isso, nos quatro primeiros meses do ano, o país apresentou crescimento de 2,43% do total do emprego formal em relação ao registrado em 2020. O estado do Mato Grosso foi o que mais ampliou postos no ano em relação ao seu estoque de 2020 (4,16%), seguido por Goiás (4,08%). Os estados com maiores reduções do estoque de emprego formal no ano, em relação a 2020, foram os estados de Alagoas (-3,61%) e Sergipe (-0,20%).

Inflação

A inflação (IPCA) de abril avançou frente a março: 0,31% para o Brasil e 0,38% para a Grande Vitória. Em 12 meses até abril, a inflação do país está em 6,76%, patamar acima tanto da meta para o ano de 3,75% quanto do limite superior de 5,25%. Na RMGV, o IPCA acumulou alta de 7,53% nos 12 meses, principalmente influenciado pelos grupos artigos de residência (13,17%), alimentos e bebidas (12,07%) e transportes (12,03%).

Evolução do Emprego - Espírito Santo e Brasil*

Período	Espírito Santo			Brasil		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Março de 2021 ¹	33.472	29.166	4.306	1.608.007	1.423.867	184.140
Acumulado no ano (jan-mar) ²	97.378	81.409	15.969	4.940.568	4.103.494	837.074
Acumulado em 12 meses (abr-mar) ²	314.205	291.977	22.228	15.729.498	14.871.731	857.767

Tabela 03 | Fonte: Novo Caged

1 - Série sem ajuste de declarações entregues fora do prazo.

2 - Série com ajuste de declarações entregues fora do prazo, exceto para o mês de março.

*Anos anteriores a 2020 são do Caged e após 2020 do Novo Caged.

Variação (%) do IPCA – abril 2021

Variação (%)	No mês	Acumulado no ano	Acumulado em 12 meses
Brasil	0,31	2,37	6,76
Espírito Santo	0,38	2,94	7,53

Tabela 04 | Fonte: IPCA/IBGE | Elaboração: Ideies/Findes.

Atividade econômica

Política Monetária

A 238ª reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, ocorrida nos dias 4 e 5 de maio, encerrou-se com a elevação da taxa Selic para 3,50% a.a., aumento de 0,75 p.p. em relação à reunião anterior. O Copom informou que continuará o processo de normalização parcial do estímulo monetário e promoverá outro ajuste de 0,75 p.p. na próxima reunião. Ademais, o Comitê chamou atenção para o risco fiscal elevado além de expor, em seu cenário básico, que os preços internacionais das *commodities* continuaram em elevação, com exceção do petróleo, o que impactou as projeções de preços dos alimentos e dos bens industriais.

Mercado de crédito

No Espírito Santo, o saldo das operações de crédito em fevereiro totalizou R\$ 60,3 bilhões, crescimento mensal de 0,9%. Esta é a oitava alta consecutiva, influenciada pelo aumento na carteira de crédito às empresas (1,3%), que alcançou R\$ 26,0 bilhões. O crédito às famílias ficou em R\$ 34,4 bilhões em fevereiro, registrando um aumento de 0,6% na comparação com o mês de janeiro. Na análise interanual, o mercado de crédito capixaba continuou em expansão, com uma variação de 14,7% em relação a fevereiro de 2020.

Taxa de juros Selic (%) definida pelo Copom

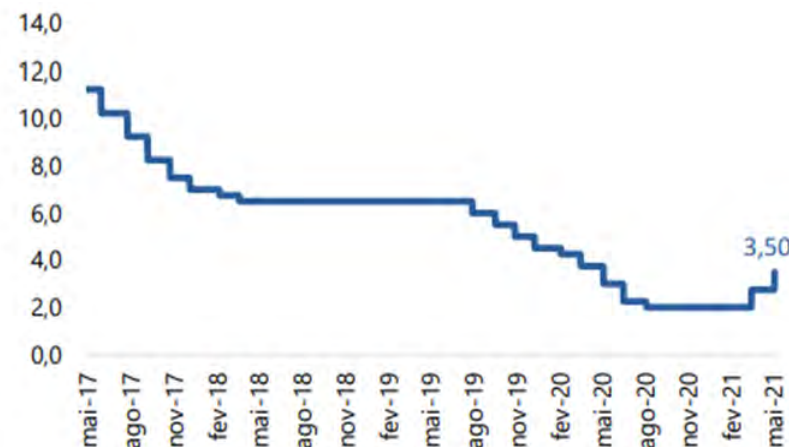


Gráfico 29 | Fonte: Banco Central | Elaboração: Ideies/Findes

Atividade econômica

Petróleo

De acordo com os últimos dados disponibilizados pela ANP, a produção de petróleo e gás natural no Espírito Santo, importante atividade da indústria extrativa, totalizou 257,8 mil boe/dia em março de 2021. Essa quantidade foi -19,3% menor que a extraída no mesmo mês de 2020 e -0,1% maior que a registrada em fevereiro deste ano. E, no acumulado do primeiro trimestre de 2021, frente ao mesmo período do ano anterior, a produção desses hidrocarbonetos caiu -23,4% no estado.

Variação (%) e Produção de Petróleo e Gás Natural, Brasil e Espírito Santo – março de 2021

	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (Mm ³ /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)	Gás Natural (Mm ³ /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)
Produção	126.086	2.844.318	3.637.377	5.883	220.825	257.830
Variação (%) - acumulada no ano	1,1%	-6,3%	-4,7%	-18,2%	-24,3%	-23,4%
Variação (%) - mar.21/ mar.20	3,6%	-4,2%	-2,6%	-15,9%	-19,8%	-19,3%
Variação (%) - mar.21/ fev.21	-3,8%	0,9%	-0,2%	-2,5%	0,3%	-0,1%

Tabela 05 | Fonte: ANP. Elaboração: Ideies / Findes.

Panorama fiscal

Brasil

A arrecadação federal no acumulado de janeiro a abril atingiu R\$ 608,55 bilhões, acréscimo real de 13,62% em relação ao mesmo período do ano passado. Este foi o melhor resultado para o período desde o início da série histórica em 1995. O aumento na arrecadação em relação ao ano passado pode ser explicado pelos seguintes fatores: os acréscimos dos montantes arrecadados pelo Imposto sobre a Importação (35,93%) e pelo o IPI Vinculado à Importação (50,03%) decorrentes dos aumentos de alíquotas e da taxa de câmbio; pelas contribuições para a Seguridade Social (Cofins) (21,19%) e para o PIS/Pasep (19,99%), explicada pela prorrogação do prazo de recolhimento no ano passado em função da pandemia; pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (27,01%) e pela Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (20,39%), especialmente devido aos recolhimentos atípicos que passaram de R\$ 2,8 bilhões em 2020 para R\$ 12 bilhões em 2021, referentes a empresas de diversos setores econômicos. Ainda sobre a arrecadação federal, somente em abril foram arrecadados R\$ 156,8 bilhões pela Receita Federal, o que representa um acréscimo real de 45,22% em relação a abril de 2020, e de 13,34% em relação a março de 2021.

Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a abril
em R\$ bilhões (a preços de abril de 2021)



Gráfico 30 | Fonte: Receita Federal | Elaboração: Ideies/Findes

Panorama fiscal

Finanças públicas do ES

A Receita Total arrecadada em abril de 2021 (R\$ 1,4 bilhão) e no primeiro quadrimestre de 2021 (R\$ 5,7 bilhões) apresentaram queda (7% e 2%, respectivamente) se comparadas com o mesmo período do ano passado. Retirando o efeito da ajuda da União, as quedas diminuem para -3% e 1,9%, respectivamente. Em março de 2021, o governo do Estado adotou medidas restritivas frente ao recrudescimento da pandemia.

A arrecadação própria do Estado correspondeu a 70% em abril de 2021, seguida pelas transferências da União (28%). O ICMS arrecadado no mês (R\$ 701 milhões) representa um aumento (+33%) em relação a abril de 2020 (segundo mês da pandemia de Covid-19), e mostra um desempenho mensal melhor em 2021 comparado aos meses iniciais de 2020. O ICMS de abril de 2021 representa o terceiro melhor desempenho mensal arrecadado desde o início da pandemia.

O recebimento das compensações financeiras do petróleo em abril de 2021 registrou aumento de 17% em relação ao mesmo mês de 2020, porém, no acumulado até abril, houve queda de 9% na mesma base de comparação.

As despesas liquidadas em abril de 2021 (R\$ 1,3 bilhão) representam um decréscimo de 3% em relação ao mesmo mês de 2020 e também houve decréscimo (-9%) no acumulado do ano. A função Saúde respondeu pelo maior gasto (R\$ 336 milhões) em abril de 2021, seguida da Previdência (R\$ 271 milhões), Segurança Pública (R\$ 132 milhões) e Educação (R\$ 107 milhões).

Panorama fiscal

O resultado orçamentário do Estado no 1º quadrimestre de 2021 foi superavitário (R\$ 1 bilhão) com um considerável acréscimo de 51% em relação ao superávit do 1º quadrimestre de 2020, fruto, essencialmente, da redução das despesas (-9%) e do bom desempenho do ICMS (+21%) no período.

A Receita Corrente Líquida, importante parâmetro fiscal para a observância de limites, atingiu R\$ 16,3 bilhões (acumulada em 12 meses) em abril de 2021, continuando a tendência de aumento iniciada em junho de 2020. A despesa total com pessoal para fins da LRF de todos os órgãos estaduais está abaixo dos limites de alerta, prudencial e legal, considerando a publicação da IN nº 72, de 4 de maio de 2021, do TCE-ES.

Em 2021, houve um aperfeiçoamento na metodologia de cálculo do percentual da despesa com pessoal para fins da LRF. Com o advento da Lei Complementar nº 178, de 13 janeiro de 2021, foi introduzido o parágrafo 3º no artigo 19 da LRF, vedando a dedução da parcela custeada com recursos aportados para a cobertura do déficit financeiro dos regimes de previdência. Contudo, como o cálculo para o percentual da despesa com pessoal frente à LRF utiliza uma base móvel de 12 meses, ou seja, o mês de referência e os 11 anteriores, o período que abrange os meses do ano de 2020 não computará o aporte integral, mas o percentual conforme regra de transição vigente à época, conforme IN nº 72/2021 do TCE-ES.

O Resultado Primário superavitário (R\$ 687 milhões) em abril de 2021 e superavitário (R\$ 1 bilhão) no acumulado do ano é um bom sinal do esforço fiscal do governo do estado no controle do endividamento.

Panorama fiscal

Finanças públicas dos Municípios capixabas

Os 77 municípios capixabas adimplentes mostraram, no conjunto, uma arrecadação maior (+8%) no acumulado até abril de 2021 (R\$ 4,7 bilhões) em relação ao 1º quadrimestre de 2020 (4,3 bilhões). As principais origens de arrecadação dos municípios no quadrimestre são as transferências do Estado (42%) e da União (28%), denotando a dependência (70%) dos entes municipais em relação a outros entes federados. A arrecadação própria atingiu 26%.

Os municípios capixabas diminuíram em 6% suas despesas liquidadas no primeiro quadrimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, com destaque para a participação da Função Educação (R\$ 917 milhões) e Saúde (R\$ 789 milhões).

No conjunto, os municípios capixabas obtiveram um superávit orçamentário no 1º quadrimestre de 2021 (R\$ 1,2 bilhão) consideravelmente superior (+88%) ao do mesmo período de 2020 (R\$ 641 milhões), diante de um acréscimo na receita (+8%) e decréscimo na despesa liquidada (-6%).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conselheiros

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun - *Presidente*

Domingos Augusto Taufner - *Vice-presidente*

Rodrigo Coelho do Carmo - *Corregedor*

Sebastião Carlos Ranna de Macedo - *Ouvidor*

Sérgio Manoel Nader Borges - *Conselheiro*

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto - *Conselheiro*

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha - *Conselheiro*

Conselheiros Substitutos

Márcia Jaccoud Freitas

João Luiz Cotta Lovatti

Marco Antônio da Silva

Ministério Público Especial de Contas

Luis Henrique Anastácio da Silva - *Procurador Geral*

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Luciano Vieira

Secretária-geral Administrativa e Financeira

Arinéia Oliveira de Aguiar

Secretário-geral de Controle Externo

Rodrigo Lubiana Zanotti

Secretário-geral das Sessões

Odilson Souza Barbosa Junior

Secretário-geral de Tecnologia da Informação

Klayson Sesana Bonatto

Elaboração

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo (NCContas)

Núcleo de Controle Externo de Tendências de Riscos (NATR)

Identidade organizacional

Negócio

Controle Externo

Missão

Gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Visão

Ser reconhecido como instrumento de cidadania.

Valores

Independência

Ética

Transparência

Responsabilidade Sustentável

Equidade

Excelência de Desempenho

Profissionalismo

Valorização das Pessoas



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Metodologia de cálculo de despesa
com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)**

nota p. 12

nota p. 13

nota p. 14

nota p. 15

nota p. 16

nota p. 17

nota p. 18

Metodologia de cálculo dos limites de despesa com pessoal 2021, de acordo com a **regra de transição** estabelecida pela **Instrução Normativa TC 72, de 4 de maio de 2021**, que revogou a Instrução Normativa TC 41, de 27 de junho de 2017, diante das últimas alterações promovidas na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) pela Lei Complementar 178, de 13 de janeiro de 2021.

nota p. 23

Fundo de Proteção Social dos Militares - FPS, criado pela Lei Complementar 943/2020, de 16/03/2020.

A Emenda Constitucional EC 103, de 12 de dezembro de 2019, instituiu a competência privativa da União para editar normas gerais sobre inatividades e pensões das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Nesta esteira, editou-se a Lei Federal 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que, dentre outras providências, dispôs acerca do Sistema de Proteção Social dos Militares.

Com isso, o Estado do Espírito Santo promoveu adaptações na legislação local, modificando a Lei 3.196/1978 e as Leis Complementares 282/2004 e 711/2013 por meio da Lei Complementar LC 943, aprovada pela Assembleia Legislativa em 11/03/2020, aplicável aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, remunerados por soldo ou subsídio. Com o advento da referida lei foi criado o Fundo de Proteção Social dos Militares - FPS, prazo indeterminado, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de manter os benefícios de inatividade dos militares e das pensões militares, vinculado ao IPAJM.

Ajuda financeira da União ao Estado - 2020													
Receita	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	total
Complementação FPE - MP nº 938/2020 - Lei 14.041/2020	-	-	-	15	8	38	26	3	23	33	-	-	145
Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, I	-	-	-	-	-	48	51	49	48	-	-	-	196
Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, II	-	-	-	-	-	178	178	178	178	-	-	-	712
Auxílio Financeiro Setor Cultural - Lei 14.017/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	2	32
Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19	-	-	8	56	6	18	101	5	7	18	11	44	274
Total	-	-	8	72	13	282	356	235	256	81	11	46	1.360

Nota: além da ajuda da União, em 2020 acrescenta-se o ingresso de recursos **R\$ 29.659.471,14** (transferências decorrentes de decisões judiciais e doações).

Fonte: Sefaz - Sigefes, www.tesourotransparente.gov.br e <https://consultafns.saude.gov.br>

Ajuda financeira da União ao Estado - 2021					
Receita	jan	fev	mar	abr	total
Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19	24	1	38	8	71

Nota: além da ajuda da União, até abril acrescenta-se o ingresso de R\$ 1.127.024,11 (transferências decorrentes de decisões judiciais e doações).

Fonte: Sefaz - Sigefes

Ajuda financeira da União aos municípios capixabas - 2020 (todos)														
Receita	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	total	
Complementação FPM - MP nº 938/2020 - Lei 14.041/2020	-	-	-	10	9	44	31	2	19	28	-	-	141	
Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, I	-	-	-	-	-	15	15	15	15	-	-	-	58	
Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, II	-	-	-	-	-	121	121	121	121	-	-	-	482	
Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19	-	-	12	23	2	29	56	137	38	6	12	23	338	
Total	-	-	12	33	11	208	222	274	192	34	12	23	1.020	

Fonte: www.tesourotransparente.gov.br e <https://consultafns.saude.gov.br>

Ajuda financeira da União aos municípios capixabas - 2021 (exceto Itapemirim)					
Receita	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	total
Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19	2	-	15	7	24

Nota: transfência para Itapemirim em janeiro (R\$ 60.000,00) e em março (R\$ 180.000,00). Esse município não homologou PCM de janeiro a abril/2021.

Fonte: www.tesourotransparente.gov.br e <https://consultafns.saude.gov.br>